

RESENHA

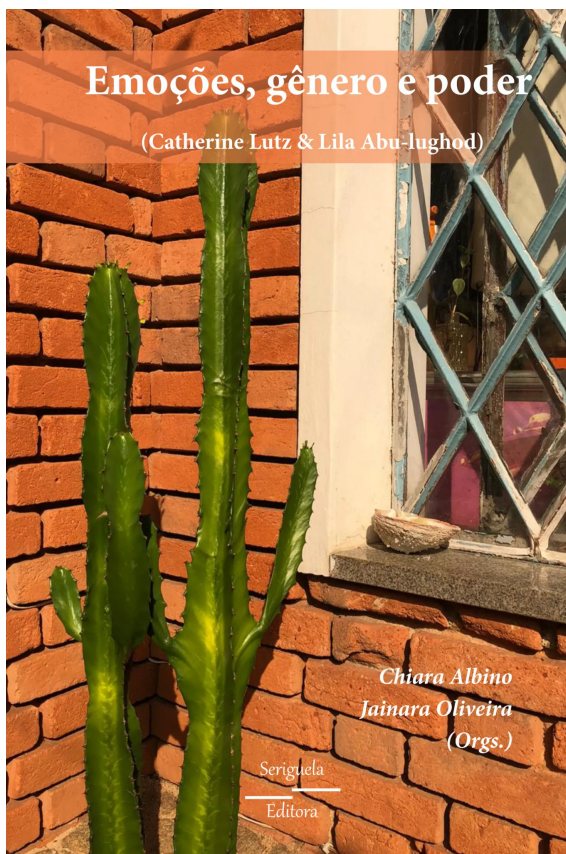
Falar de emoção é falar de poder?

DOI <https://doi.org/10.9771/asf171986>

Ayra Hannah Heleno Cabral da Silva¹

ORCID <https://orcid.org/0000-0003-2561-5442>

Livro | ALBINO, Chiara; OLIVEIRA, Jainara (orgs.). **Emoções, gênero e poder**. Tradução de Chiara Albino e Jainara Oliveira. Recife: Seriguêla, 2023.



Há livros que chegam como traduções e há livros que chegam como deslocamentos; como reorganizações das paisagens sensíveis pelas quais olhamos para o mundo. A publicação brasileira de *Emoções, gênero e poder*, organizada por Chiara Albino e Jainara Oliveira, tem exatamente este segundo caráter: vai além de somente tornar acessíveis dois textos fundantes de Catherine Lutz e Lila Abu-Lughod; reabrem, numa chave nossa, situada e politicamente implicada, a possibilidade de repensar o que chamamos de emoção, o que chamamos de gênero, e de modo decisivo, o que chamamos de poder quando falamos em formas de sentir. É também, principalmente, um convite para interrogar como nós, enquanto antropólogas/os, enquanto pesquisadoras/es localizadas/os, manejamos discursivamente o sentir, produzindo arranjos que são sempre políticos, ainda que travestidos de naturalidade.

Falar em uma “chave nossa” implica reconhecer que a tradução desses textos não acontece em um vazio intelectual; ela se dá em um cenário brasileiro marcado por disputas intensas em torno do sofrimento, do cuidado e da medicalização da vida. A antropologia das emoções, enquanto campo consolidado a partir das críticas feministas e pós-coloniais às ciências psicológicas, fornece o arcabouço para este gesto¹. Nos últimos anos, observa-se uma reatualização de discursos psicologizantes e biomédicos que tendem a individualizar o mal-estar social, deslocando-o de suas condições históricas, raciais, econômicas e de gênero. Nesse contexto, a publicação de *Emoções, gênero e poder* opera como uma intervenção crítica que dialoga diretamente com feminismos decoloniais (Lugones, 2014), com a crítica antropológica ao universalismo psicológico (Lutz, 1988; Abu-Lughod e Lutz, 1990) e com os esforços de politizar aquilo que frequentemente aparece como experiência íntima ou privada. Assim, reinscreve autoras centrais da antropologia das emoções em um campo de debates atravessado por desigualdades e por formas específicas de gestão dos afetos no Brasil contemporâneo.

O gesto editorial, já marcado na apresentação de Albino e Oliveira (2023), vincula a obra a uma linhagem teórica que, no campo antropológico, deslocou decisivamente as emoções de um território psicobiológico para uma arena

¹ Para um mapeamento seminal da antropologia das emoções e de sua ruptura com modelos psicológicos universalizantes, ver o trabalho fundante de Michelle Z. Rosaldo, *Knowledge and Passion: Ilongot Notions of Self and Social Life*, (Rosaldo, 1980). No Brasil, a consolidação dessa perspectiva ganhou contornos teóricos mais definidos a partir das contribuições de Claudia Barcellos Rezende e Maria Claudia Coelho, cujos trabalhos (Coelho, 2006; 2009; Rezende; Coelho, 2010; 2011) sistematizam o debate internacional e o reinscrevem no contexto brasileiro.

propriamente social, relacional e discursiva. Ao comentar o movimento inaugurado por Catherine Lutz e Lila Abu-Lughod, as organizadoras lembram que “as emoções começaram a se deslocar de seu lugar culturalmente atribuído no centro dos recessos obscuros da vida interior e estão sendo descritas como operadores linguísticos, sociais e culturais” (p. 27). E é justamente esse deslocamento – que é epistemológico, mas é também ético – que orienta os ensaios presentes no volume.

Para além de apresentar um panorama generalizante da antropologia das emoções, o livro, contudo, insiste em algo mais preciso, deslocando o foco: a emoção aparece como objeto de fala e, simultaneamente, como modo de ação social. Ela não se restringe ao sentir individual: circula, organiza-se como regime de verdade e, por isso mesmo, reproduz hierarquias. De modo contundente, o volume recupera um dos trechos mais decisivos da introdução de *Language and the Politics of Emotion* (1990), quando as autoras afirmam:

[Esta nova abordagem da emoção] se distingue por seu foco na constituição da emoção, e no domínio da própria emoção, nos discursos ou nas práticas discursivas situadas; por sua interpretação da emoção como relacionada à vida social, e não a estados internos; e por sua exploração do envolvimento estreito dos discursos emotivos com questões de sociabilidade e poder – em suma, com a política da vida cotidiana (Lutz & Abu-Lughod, 1990, p. 1-2).

Toda a leitura desta coletânea se entranha nessa formulação, como se ela funcionasse como eixo de torção a partir do qual o resto da obra se desdobra. Os textos reunidos não seguem uma lógica classificatória, universalizante ou manualizante das emoções. Estamos diante de trajetos metodológicos que interrogam, antes de tudo, o que fazemos quando falamos de emoções, e quem ganha com as formas hegemônicas de defini-las.

O primeiro texto, *Emoções generificadas*, de Catherine Lutz, é talvez um dos ensaios mais incisivos já escritos sobre a articulação entre emoção e gênero no Ocidente. A leitura que a autora propõe é desconcertante tanto pelo conteúdo quanto pelo modo como ilumina nossas próprias práticas. Não há antropóloga/o que não reconheça, ao longo das páginas, fragmentos de conversas que já tivemos, discursos que já reproduzimos, crenças aparentemente neutras que carregamos.

Desde a abertura, Catherine Lutz desfaz a ilusão naturalista que cerca a categoria “emoção”. Em uma formulação que se tornou clássica, ela afirma que “qualquer discurso sobre emoção também é, pelo menos implicitamente, um discurso sobre gênero” (p. 26). A força desta afirmação reside na constatação de que a emoção é um dos dispositivos centrais para organizar a desigualdade entre homens e mulheres. A análise não aponta para a ideia de que mulheres “têm mais emoções”, e sim para o modo como a cultura ocidental constrói a emoção como lugar do irracional, do incontrolável e do natural – exatamente os atributos mobilizados para justificar a subordinação feminina. Emoção, para Lutz, é algo que organiza o corpo social.

A autora demonstra isso através da escuta atenta das entrevistas com homens e mulheres norte-americanos. É no cotidiano, na fala quase trivial, que aparece o pensamento cultural profundo. Um dos trechos mais marcantes dessa análise é quando Lutz apresenta a “retórica do controle”, recorrente sobretudo entre as mulheres entrevistadas: “Quando as pessoas são solicitadas a falar sobre emoções, um dos conjuntos mais comuns de metáforas usadas é aquele em que alguém ou algo controla, lida, enfrenta, negocia, disciplina ou gerencia suas emoções ou a situação vista como sendo criadora da emoção” (p. 32).

Essa retórica de “controlar”, “lidar”, “manter sob controle” reforça um duplo movimento: (1) produz a emoção como entidade perigosa, intempestiva e ameaçadora; e (2) produz a mulher como alguém que deve constantemente vigiar-se, regular-se e contornar-se. Há, como mostra a autora, uma pedagogia do controle que recai mais pesadamente sobre as mulheres, convocadas a performar maturidade emocional justamente porque se supõe que não a possuam. Um dos momentos mais densos e analiticamente potentes surge quando Lutz analisa a contradição constitutiva da emoção enquanto categoria ocidental e fala que “o discurso ocidental sobre as emoções as constitui como entidades paradoxais que são, ao mesmo tempo, um sinal de fraqueza e uma força poderosa” (p. 29). Essa ambiguidade – fraca e poderosa, vulnerável e perigosa – diz respeito à emoção, mas também ao feminino. A naturalização do “emocional” como atributo das mulheres sustenta, segundo Catherine Lutz, uma lógica patriarcal na qual elas são vistas simultaneamente como frágeis (como alguém que precisa de proteção) e como ameaça potencial (que pode desestabilizar a ordem social).

Essa oscilação remete, como sugere a autora, ao “espelho colonial” analisado por Taussig (1984), no qual o outro é percebido ora como bárbaro

violento, ora como infantil e dócil. Aqui, um “espelho patriarcal” opera de modo semelhante. A operação dupla – atribuir às mulheres uma suposta incapacidade de governar suas emoções, enquanto as responsabiliza pelo seu controle – produz uma hierarquia moral-cognitiva que naturaliza desigualdades materiais. No mercado de trabalho, essa lógica justifica salários menores e barreiras à liderança, a uma “instabilidade emocional”; na ciência, desqualifica o conhecimento produzido por mulheres como “parcial” ou “passional”; na política, reduz demandas coletivas a “histerias”; e na vida doméstica, converte o trabalho do cuidado em uma obrigação invisível e não remunerada.

A emoção aparece, assim, como superfície privilegiada de investimento do biopoder (Foucault, 2001), organizando corpos e subjetividades em posições desiguais dentro da matriz patriarcal. Pensada a partir do Sul Global, a escrita de Catherine Lutz permite articular a chave de gênero à chave colonial. Ambas as gramáticas de poder operam por meio do mesmo princípio classificatório: a construção de um outro emocional cujas formas de sentir são sistematicamente deslegitimadas como excesso, descontrole ou patologia, em contraste com um eu racional cuja suposta neutralidade emocional é, na verdade, a expressão normativa e autorizada de um afeto específico: o dos sujeitos hegemônicos (masculinos, brancos e colonizadores).

Há ainda outro elemento que torna o texto de Lutz particularmente importante: a autora desmonta, com precisão etnográfica, a pretensão científica de neutralidade nos estudos da emoção. A análise da síndrome pré-menstrual, por exemplo, é um dos pontos altos do capítulo. Lutz demonstra que muitos estudos biomédicos tomam como evidência aquilo que é, na verdade, pressuposto cultural. Nas palavras dela: “A pesquisa baseia-se na visão cultural arraigada das emoções como localizadas nas mulheres, como naturais em essência [...] e como irracionais ou patológicas” (p. 47). O que aparece como “prova” é, na verdade, a confirmação de um paradigma masculino, biomédico e disciplinar que antecede a própria pesquisa². Essa crítica ecoa de maneira ainda mais forte no Brasil, onde a medicina e a psicologia frequentemente psicologizam ou patologizam mulheres, sobretudo mulheres pobres, negras ou indígenas. Ao

² É importante pensar nessa pretensão de neutralidade como um alerta metodológico crucial para as ciências sociais. Ela exige que nos perguntemos como nossos próprios quadros teóricos e categorias analíticas podem, inadvertidamente, reproduzir as hierarquias que buscamos descrever. Ao tomar a emoção como um objeto pré-dado, e não como uma categoria em disputa, corremos o risco de reforçar os mesmos regimes de verdade que naturalizam a desigualdade.

ler Lutz com nossos olhos, conseguimos perceber a urgência política de sua argumentação.

A leitura do livro convoca ainda a pensar a dimensão política do sentir quando observamos como certas emoções emergem justamente no limiar entre interioridade e exposição. A cultura ocidental insiste em produzir a emoção como algo “de dentro”, uma substância psíquica a ser regulada, domada e contida, algo que precisa ser guardado no nosso canto mais íntimo – e as sete chaves. Mas é precisamente nessa fronteira, quando a interioridade ameaça transbordar, que percebemos como o sentir é também um campo de governo. Proponho um diálogo com Octavio Bonet (2008): pode-se pensar o estado “à flor da pele” como condição em que a sensibilidade vibra na superfície do corpo, tornando tênue a fronteira entre dentro e fora – uma fronteira que é, antes de tudo, social. É a contenção do ainda-não-dito, do quase-visível, do que poderia tornar-se política se emergisse.

A aproximação com Catherine Lutz é inevitável: sua análise da “retórica do controle” nos faz pensar precisamente em microgestos de contenção emocional que recaem sobretudo em mulheres, interpeladas a gerir o próprio sentir como forma de autopreservação num mundo que as vigia. É também Lila Abu-Lughod quem aprofunda essa reflexão ao mostrar que emoções nunca emergem fora de regimes de visibilidade e autorização. Assim como a poesia beduína opera dentro de margens estreitas do dizível, também o corpo que se percebe à flor da pele negocia com estruturas sociais que determinam o que pode ou não aparecer. Como lembram as autoras, discursos emocionais estão sempre “implicados nos jogos de poder e na operação de sistemas de hierarquia social historicamente mutáveis” (p. 86). A contenção emocional, portanto, é uma forma de governo.

Esse movimento abre caminho para o ensaio da Lila Abu-Lughod em *A mudança política da poesia de amor beduína* (1985), que nos desloca para outro terreno: o das relações de poder que atravessam as formas de expressar o amor e a dor em uma comunidade beduína no Egito. Aqui, não estamos falando de um estudo exotizante, o capítulo é uma bela aula de antropologia das emoções e de antropologia do discurso. Abu-Lughod começa por questionar uma tendência comum dos estudos culturais sobre emoção: a de enfatizar significados culturais em detrimento das práticas discursivas situadas nas quais as emoções ganham forma. Por isso, afirma: “Precisamos examinar a emoção como uma prática discursiva [...] e não separar a emoção e o discurso” (p. 85).

O foco muda, então, da emoção como significado para a emoção como performance situada, como ação que produz efeitos no mundo e no campo das relações de poder. A autora direciona o olhar para a poesia de amor beduína, gênero amplamente praticado e, ao mesmo tempo, regulado pelas normas sociais e morais da comunidade. O que poderia parecer um conjunto de lamentações amorosas, torna-se, nas mãos da Abu-Lughod, um mapa de poder: quem pode expressar emoção, quando, em que circunstâncias e diante de quem?

Um dos trechos mais belos e analiticamente potentes do capítulo é quando a autora descreve como as mulheres usam a poesia para driblar normas patriarcais que tentam regular seu comportamento emocional:

A atenção da autora está concentrada nas emoções que constituem as relações entre homens e mulheres pertencentes a uma comunidade beduína. Ela analisa particularmente a poesia de amor beduína [...] e demonstra como a expressão de sentimentos de amor entre eles está marcada, de maneira específica, pelas relações de poder (p. 21, apresentação).

Abu-Lughod detalha como a poesia (ghinnawas) funciona como uma forma socialmente sancionada, porém limitada, de expressão. Enquanto a fala cotidiana e direta sobre sentimentos íntimos é fortemente constrangida por códigos de honra (sharaf) e modéstia (hasham), a linguagem cifrada, metafórica e musical da poesia abre uma brecha. Através dela, sentimentos de amor, saudade, tristeza ou dor podem ser exteriorizados sem que o falante (especialmente as mulheres) seja acusado de indecência ou de quebrar as regras sociais. A emoção, portanto, não flui livremente; ela é canalizada para um formato específico que, ao mesmo tempo que a permite existir publicamente, a contém dentro de limites estritos. A poesia é, assim, menos uma explosão espontânea de sentimento e mais uma tecnologia de enunciação regulada, uma “prática discursiva situada” por excelência. Assim como Catherine Lutz, Lila Abu-Lughod desmonta a ideia de que emoções são universais ou espontâneas. O amor beduíno que aparece nos poemas é uma prática social de enunciação, marcada por hierarquias de gênero, honra, moralidade e parentesco. Não há interioridade pura a ser captada; há apenas formas de expressar emotions que são sempre políticas.

Esta análise nos permite estabelecer um diálogo produtivo, ainda que contrastante, com o texto anterior. Enquanto Lutz analisa um contexto em que a emoção feminina é patologizada e demandada a um controle interno constante

(a “retórica do controle”), Abu-Lughod nos apresenta um cenário onde a expressão emocional é canalizada para um formato cultural específico e altamente codificado. Em ambos os casos, porém, a agência feminina se manifesta na negociação com essas estruturas. As mulheres norte-americanas de Lutz negociam a “gestão” de suas emoções para navegar um mundo profissional e social hostil; já as mulheres beduínas de Abu-Lughod negociam os códigos da poesia para afirmar desejos e criar alianças dentro de um sistema patriarcal rígido. Em ambas as análises, a emoção é o terreno dessa negociação, sendo usada como um recurso tanto de submissão quanto de (micro)resistência (s).

Um dos pontos centrais do capítulo, e que podemos pensar como dos mais fecundos para uma leitura contemporânea, é a crítica de Abu-Lughod ao conceito romantizado de “cultura” no âmbito da antropologia das emoções. A autora afirma que focar exclusivamente em um significado cultural da emoção pode resultar em uma “assimilação da emoção ao pensamento”, esvaziando sua dimensão prática, política e relacional. Por isso, propõe que “em vez de focar apenas no significado, as análises culturais deveriam focalizar como os discursos emotivos são empregados nos contextos sociais” (p. 86). A autora mostra, então, que as mulheres beduínas negociam alianças, desafiam hierarquias, afirmam a própria agência num sistema que tenta circunscrever suas vozes. A emoção aparece, assim, como uma ferramenta – às vezes frágil, às vezes potente – de navegação moral e política.

A força do livro, no entanto, não está apenas nos textos de Lutz e Abu-Lughod, mas na maneira como ele foi traduzido, apresentado e situado por Chiara Albino e Jainara Oliveira. A apresentação das organizadoras, que ocupa quase 20 páginas, não funciona apenas como apresentação da coletânea, mas como uma intervenção teórica interessante. Ao invés de se limitarem a sintetizar os argumentos de Lutz e Abu-Lughod, as organizadoras os colocam em relação, produzindo fricções analíticas³ que evidenciam a atualidade desses deslocamentos conceituais.

As organizadoras realizam um movimento duplo. Primeiro, reinscrevem Lutz e Abu-Lughod numa linhagem de pensamento feminista e decolonial que questiona a separação entre razão e emoção, mostrando como essa dicotomia foi

³ A noção de fricção é mobilizada aqui não somente como algo metafórico, mas como encontro produtivo entre tradições teóricas, contextos históricos e regimes de sensibilidade distintos. Trata-se de um movimento que atualiza textos clássicos sem neutralizá-los, mantendo abertas suas tensões internas e seus efeitos políticos.

historicamente usada para desqualificar saberes e corpos femininos e racializados. Em segundo lugar, e de modo mais original, elas apontam como os discursos psicologizantes e biomédicos que Lutz critica nos EUA dos anos 1980, sofrem uma reatualização e um reforço no Brasil contemporâneo, frequentemente em aliança com lógicas neoliberais de responsabilização individual. O “autocuidado” transformado em imperativo moral, a medicalização das desigualdades e a psicologização do sofrimento social aparecem, na leitura delas, como alvos diretos da crítica que o livro carrega.

Ao final da leitura, algumas perguntas parecem inevitáveis, não como dúvidas, mas como desdobramentos do que o livro instaura. Se emoção é discurso, e se discurso é poder, que destinos damos às emoções que circulam entre nós no Brasil de hoje? Como os debates sobre sofrimento, cuidado, saúde, vulnerabilidades, maternidades ou amor reproduzem e/ou recriam hierarquias de gênero? Que silenciamentos se escondem na retórica contemporânea do “autocuidado”, tão celebrada, mas tão profundamente individualizante? E, sobretudo, que mundos afetivos estão sendo produzidos quando a emoção, em vez de superfície política, é privatizada como interioridade?

Esta última pergunta é talvez a mais crucial. A privatização da emoção como um fenômeno da “interioridade” não é um simples erro descritivo; é uma operação política que desarma a crítica. Se tornarmos o sofrimento, a raiva ou o amor questões puramente privadas, retiramos deles a capacidade de apontar para falhas estruturais, para injustiças sociais e para relações de poder desiguais. O livro, em sua dupla face – os textos clássicos e a apresentação –, oferece um antídoto contra essa despolitização, ou seja, nos devolve a pergunta pelo poder que habita nosso mais íntimo sentir e, ao fazê-lo, reabre a possibilidade de uma crítica social radicalmente ancorada na experiência afetiva.

Talvez o maior mérito da coletânea seja justamente esse: obrigar-nos a reabrir a pergunta fundamental: o que fazem as emoções? Digo, não como um exercício psicológico, mas como uma indagação antropológica sobre o modo como vivemos, como regulamos, como resistimos, como imaginamos e também como pesquisamos nossas relações sociais. Porque, no fim, como mostram Lutz e Abu-Lughod, emoção nunca é apenas sentimento: é regime de poder.

Aceito em 21 jan. 2026.

Publicado em 15 jun. 2026

Referencias

- ALBINO, Chiara; OLIVEIRA, Jainara (org.). **Emoções, gênero e poder**. Tradução de Chiara Albino; Jainara Oliveira. Recife: Seriguela, 2023.
- BONET, Octavio. **À flor da pele: emoções, sofrimento e moralidade na antropologia da saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.
- COELHO, Maria Claudia. Emoção, gênero e violência: experiências e relatos de vitimização. **RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 5, n. 13, p. 36-53, 2006.
- COELHO, Maria Claudia. Lágrimas com farinha: percepções femininas da violência em Belém do Pará. *In*: SENTO-SÉ, João Trajano (org.). **Segurança pública: outros olhares, novas possibilidades**. Brasília: SPM, 2009. p. 119-135.
- COELHO, Maria Claudia; REZENDE, Cláudia Barcellos (org.). **Cultura e sentimentos: ensaios em antropologia das emoções**. Rio de Janeiro: FAPERJ; Contra Capa, 2011.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 16. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.
- LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.
- LUTZ, Catherine. **Unnatural Emotions: Everyday Sentiments on a Micronesian Atoll and Their Challenge to Western Theory**. Chicago: University of Chicago Press, 1988.
- LUTZ, Catherine; ABU-LUGHOD, Lila. Introduction: Emotion, Discourse, and the Politics of Everyday Life. *In*: LUTZ, Catherine; ABU-LUGHOD, Lila (ed.). **Language and the Politics of Emotion**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. p. 1-23.
- REZENDE, Cláudia Barcellos; COELHO, Maria Claudia. **Antropologia das emoções**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- ROSALDO, Michelle Zimbalist. **Knowledge and Passion: Ilongot Notions of Self and Social Life**. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1980.
- TAUSSIG, Michael. Culture of Terror-Space of Death: Roger Casement's Putumayo Report and the Explanation of Torture. **Comparative Studies in Society and History**, Cambridge, v. 26, n. 3, p. 467-497, 1984.

¹ ayrahannahcs.ah@gmail.com

É doutoranda e mestra em Antropologia pelo PPGA/UFPB, graduada em Serviço Social pela UFPB e especialista em Políticas Públicas e em Tanatologia. É editora da Revista Àltera, vinculada ao GRUPESSC/UFPB e pesquisadora do NEAN OJU OBÁ/UFPB. Desenvolve pesquisas nas áreas de Antropologia das Emoções, Antropologia da Saúde, Antropologia do Corpo e Antropologia da Infância, com interesse em emoções, afetividade e poder, cuidados paliativos, políticas públicas, bioética e Serviço Social.